



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL**

**SENAI “GASPAR RICARDO JUNIOR”**

**Curso**

**TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO  
DE SISTEMAS**

**Marco Civil da Internet**

Gustavo Leme de Castro

Laís Arlindo dos Santos

Nathália Gabriele Venega Siqueira

Sorocaba

Abril – 2024



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL**  
**SENAI “GASPAR RICARDO JUNIOR”**

Gustavo Leme de Castro, Laís Arlindo dos Santos, Nathália  
Gabriele Venega Siqueira

**Marco Civil da Internet**

Pesquisa aprofundada da Matéria  
Sistemas Operacionais sobre Marco Civil  
da Internet

Prof. – Vedilson Prado

Prof. – Leandro Rosa

Sorocaba  
Abril – 2024

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1. Histórico e contexto.....	5
1.1. Origem e motivação para a criação do Marco Civil da Internet .....	5
1.2. Principais influências e debates que moldaram a legislação .....	5
1.3. Comparação com legislações semelhantes em outros países.....	5
2. Princípios e Direitos Estabelecidos .....	7
2.1. Princípios fundamentais do Marco Civil da Internet .....	7
2.2. Direitos dos usuários garantidos pela lei .....	7
2.3. Obrigações dos provedores de serviços de internet .....	7
3. Neutralidade da Rede.....	8
3.1. Conceito e importância da neutralidade da rede. ....	8
3.2. Regras estabelecidas pelo Marco Civil da Internet sobre neutralidade. ....	8
3.3. Casos e debates relevantes sobre a neutralidade da rede no Brasil.....	8
4. Privacidade e Proteção de Dados: .....	9
4.1. Disposições do Marco Civil relativas à privacidade dos usuários. ....	9
4.2. Regras sobre coleta, armazenamento e uso de dados pessoais. ....	9
4.3. Impacto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no contexto do Marco Civil.....	9
5. Liberdade de Expressão e Responsabilidade:.....	10
5.1. Garantias de liberdade de expressão no ambiente digital. ....	10
5.2. Responsabilidade dos intermediários (provedores de conexão e de aplicações). 10	
5.3. Casos emblemáticos de aplicação da lei sobre liberdade de expressão. ....	10
6. Segurança e Regulação:.....	11
6.1. Medidas de segurança e integridade das redes e serviços.....	11
6.2. Papel das autoridades reguladoras (ANATEL, Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br).....	11
6.3. Desafios na aplicação e fiscalização da lei. ....	11
7. Impactos Econômicos e Sociais: .....	12
7.1. Influência do Marco Civil no mercado de internet e tecnologia.....	12
7.2. Efeitos sobre startups, empresas de tecnologia e inovação.....	12
7.3. Consequências sociais e culturais da regulamentação da internet. ....	12
8. Críticas e Desafios:.....	13
8.1. Críticas ao Marco Civil da Internet e suas limitações. ....	13
8.2. Desafios na implementação e aplicação da lei.....	13
8.3. Propostas de reforma e atualizações legislativas. ....	13
9. Estudos de Caso:.....	14
9.1. Análise de casos específicos onde o Marco Civil foi aplicado. ....	14
9.2. Resultados e repercussões dessas decisões. ....	14
9.3. Lições aprendidas e implicações para o futuro. ....	14
10. Futuro da Regulação da Internet:.....	15
10.1. Tendências emergentes na regulação da internet no Brasil e no mundo.....	15
10.2. Potenciais evoluções legislativas e regulatórias.....	15
10.3. O papel do Brasil no cenário global de governança da internet.....	15
CONCLUSÃO.....	17
BIBLIOGRAFIA .....	18



## **INTRODUÇÃO**

O Marco Civil da Internet, oficialmente conhecido como Lei nº 12.965/2014, é uma legislação brasileira que estabelece os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Promulgado em abril de 2014, o Marco Civil é considerado uma das mais importantes leis de proteção digital no mundo. Ele foi criado para garantir a liberdade de expressão, a privacidade dos usuários, a neutralidade da rede e a promoção da inovação tecnológica, além de estabelecer regras para a atuação do Estado, das empresas e dos usuários na rede mundial de computadores. Esta legislação é fundamental para moldar o ambiente digital brasileiro, equilibrando os interesses dos diversos agentes envolvidos e assegurando um espaço online mais seguro, democrático e acessível para todos.

# **1. Histórico e contexto**

## **1.1. Origem e motivação para a criação do Marco Civil da Internet**

Com o avanço da internet no Brasil, aumentou-se o debate sobre como regular as atividades online, especialmente durante os anos 2000. O Marco Civil da Internet foi criado para preencher as lacunas legais existentes, estabelecendo regras para proteger dados e garantir direitos dos usuários. Inicialmente, houve uma proposta de lei para criminalizar várias ações comuns na internet, liderada pelo então senador Eduardo Azeredo, que foi amplamente rejeitada pela sociedade. Em 2007, Ronaldo Lemos propôs um marco regulatório civil para a internet como alternativa à abordagem criminal, dando origem à ideia do Marco Civil da Internet. Esta proposta visava não só regulamentar, mas também proteger os direitos dos usuários e promover a inovação tecnológica. O processo de desenvolvimento do Marco Civil envolveu não apenas políticos, mas também a participação direta da sociedade. Consultas públicas, tanto presenciais quanto online, foram realizadas, permitindo que as pessoas contribuíssem com ideias e discutissem o conteúdo da legislação.

## **1.2. Principais influências e debates que moldaram a legislação**

Um dos pontos mais debatidos foi a neutralidade da rede, que garante que os provedores de internet tratem todo o tráfego de dados de forma igual, sem discriminação por tipo de conteúdo, site ou plataforma. Esse princípio foi crucial para garantir a igualdade de acesso à internet. O processo de elaboração do Marco Civil foi marcado por um intenso debate público e participação da sociedade civil, por meio de consultas públicas online e audiências presenciais. Isso reflete a importância da participação democrática na formulação de políticas de internet.

O Marco Civil estabelece direitos fundamentais dos usuários da Internet, como a privacidade, a liberdade de expressão e o direito à informação. Esses direitos foram inspirados em princípios internacionais de direitos humanos e na legislação de outros países. O Marco Civil também aborda questões relacionadas à proteção de dados pessoais, estabelecendo princípios e diretrizes para o tratamento de informações pessoais na Internet, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) posteriormente promulgada.

## **1.3. Comparação com legislações semelhantes em outros países**

Na Europa neste mês, entra em vigência a Regulação Geral de Proteção de Dados (GDPR, na sigla em inglês). Ela foi aprovada em 2016, atualizando uma diretiva sobre o assunto de 1995. A mesma será usada como referência nas relações comerciais de países europeus com outras nações, inclusive com o Brasil. A GDPR se aplica a qualquer tratamento de dados de pessoas residindo na União Europeia, mesmo se as empresas forem sediadas em outros países (como a Apple (americana) ou a Samsung (sul-coreana), por exemplo). Isso inclui firmas que oferecem bens e serviços na região ou monitoram comportamento de seus cidadãos. No tratamento dos dados, vai ser necessário obter consentimento do titular, em um pedido que deve ser apresentado de

forma clara e acessível, garantindo também o direito ao usuário de revogá-lo. A regulação estabelece uma série de direitos aos cidadãos.

## **2. Princípios e Direitos Estabelecidos**

### **2.1. Princípios fundamentais do Marco Civil da Internet**

### **2.2. Direitos dos usuários garantidos pela lei**

O Marco Civil da Internet tem 3 princípios fundamentais:

-Neutralidade: Com base no princípio da neutralidade da rede, as empresas de telecomunicações não podem fornecer pacotes que tenham valores diferentes dependendo do uso da rede. Agora os provedores só podem cobrar pela velocidade da conexão, independentemente do conteúdo em seus cabos, o que é uma grande vitória para os usuários de internet.

-Liberdade de expressão: É um direito fundamental e a expressão de ideias é gratuita, mas estabelece limites para que agora apenas conteúdos comprovadamente ofensivos e criminosos sejam retirados do ar pelos provedores de internet. Portanto, seu objetivo é promover a remoção de conteúdo ofensivos, aquele que constitui uma clara violação da liberdade de expressão.

-Privacidade: O princípio da privacidade, que também é um direito essencial garantido pela Constituição Federal, protege a vida privada, a honra e a imagem das pessoas de forma inviolável, assim como o sigilo das correspondências, dos dados e das comunicações telefônicas, exceto mediante autorização judicial nos casos determinados pela lei. O Marco Civil da Internet estabeleceu a importância da privacidade e da proteção dos dados pessoais como fundamentos para o uso da rede mundial de computadores. Ele visa reservar a natureza aberta da internet e fornecer orientações para a doutrina e para as decisões dos Tribunais.

### **2.3. Obrigações dos provedores de serviços de internet**

No artigo 19 do Marco Civil da Internet, os fornecedores de aplicações na internet só são responsabilizados civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomarem as providências necessárias para tirar do ar o conteúdo que vai contra as regras estabelecidas. O Marco Civil da Internet também estabelece que os provedores de internet têm a obrigação de adotar medidas de segurança para proteger os dados e informações dos usuários, e estão sujeitos a penalidades.

## **3. Neutralidade da Rede**

### **3.1. Conceito e importância da neutralidade da rede.**

A neutralidade da rede é um princípio fundamental para garantir a equidade e a liberdade na internet. Ela assegura que todos tenham iguais oportunidades de acessar e compartilhar informações e conteúdos, independentemente de sua identidade ou do tipo de conteúdo que estão transmitindo. Apesar de haver algumas exceções, a imparcialidade da rede é crucial para uma internet aberta e livre. A imparcialidade da rede garante que todos os conteúdos sejam transmitidos com a mesma qualidade, sem discriminação ou diferenciação. Isso implica que um renomado cineasta que esteja transmitindo seu material ao vivo teria a mesma qualidade que você, que está transmitindo qualquer coisa na internet, desde que ambos tenham o mesmo plano e estejam na mesma operadora de serviço de internet.

### **3.2. Regras estabelecidas pelo Marco Civil da Internet sobre neutralidade.**

O Marco Civil da Internet proíbe a comercialização de planos e pacotes de internet que tenham restrições baseadas em conteúdo, origem, destino, serviço ou aplicação. Além disso, a legislação impede a diminuição da velocidade de conexão dos usuários que atingirem limites de consumo estabelecidos pelas empresas provedoras de acesso. A diretriz é que os consumidores paguem de acordo com a quantidade e a velocidade desejadas, garantindo assim uma rede igualitária para todos os usuários.

### **3.3. Casos e debates relevantes sobre a neutralidade da rede no Brasil.**

O debate sobre a regulamentação da neutralidade da rede permanece bastante ativo e envolve diferentes questões. Um deles está centrado na inovação. De um lado, oponentes à neutralidade de rede absoluta defendem a realização de acordos comerciais que permitam a obtenção de vantagens competitivas na rede. Já os apoiadores da neutralidade alertam que esta brecha afetaria diretamente a inovação no mercado digital. De acordo com o professor Elias Duarte, “se a Netflix pagar à rede para ela funcionar melhor, qual é a chance de aparecer outra empresa entregando vídeo com a mesma qualidade?”.

Outro ponto de discordância é a diferenciação no tratamento dos pacotes. De um lado, provedores de conexão apontam a dificuldade de realizar a transmissão isonômica de dados, pois alguns conteúdos — como vídeos de alta qualidade — exigem maior demanda da rede do que outros, como um simples e-mail. O professor Elias Duarte explica que, neste caso, a violação da neutralidade da rede se daria pela diferenciação do tráfego de conteúdos similares. “O que não pode é duas aplicações equivalentes, que fazem exatamente a mesma coisa, têm a mesma funcionalidade, uma receber da infraestrutura da rede todo o suporte, toda a banda que ela quiser, e a outra ser estrangulada para justamente ter um desempenho pior”. Sobre o problema, o Professor Luis Bona afirma que a solução não deveria envolver diferenciação de tráfego, mas sim, investimento por partes do provedor de conexão. “Muitas vezes ele prefere estrangular para não ter que fazer um upgrade em infraestrutura. Tudo passa por investimento no final das contas”, diz.



## **4. Privacidade e Proteção de Dados:**

### **4.1. Disposições do Marco Civil relativas à privacidade dos usuários.**

- A inviolabilidade da sua intimidade e vida privada, assim como proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (Art. 7º, I);
- A inviolabilidade e sigilo do fluxo das comunicações dos usuários pela internet (Art. 7º II), comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial (III);
- A manutenção da qualidade de conexão contratada (Art. 7º, V) e a não suspensão da conexão, exceto por falta de cumprimento de uma obrigação (IV);
- O acesso a informações claras sobre os serviços contratados (Art. 7º, VI), assim como, sobre eventuais políticas de uso dos provedores de conexão e de aplicações de internet;
- Informações claras sobre a coleta, uso, armazenamento, tratamento e proteção dos dados pessoais dos usuários, justificando sua coleta (Art. 7º VIII), e garantindo o não fornecimento desses dados a terceiros, sem consentimento do portador/usuário (VII);
- A aplicação das normas de proteção e defesa do consumidor (como aqueles presentes no Código de Defesa do Consumidor), inclusive sobre as operações de consumo realizadas por meio da internet (Art. XIII).

### **4.2. Regras sobre coleta, armazenamento e uso de dados pessoais.**

Informações claras e completas sobre coleta, uso, armazenamento, tratamento e proteção de seus dados pessoais, podem somente ser usadas para finalidades que, justifica essa coleta, não sejam vedadas pela legislação e estejam especificadas nos contratos de prestação de serviços ou em termos de uso de aplicações de internet.

### **4.3. Impacto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no contexto do Marco Civil.**

O Marco Civil da Internet e a LGPD, ambos trazem a questão do consentimento do consumidor para que os seus dados pessoais sejam utilizados, e também mostram aos usuários que eles podem solicitar a exclusão dos dados após finalizada a relação existente entre as partes.

## **5. Liberdade de Expressão e Responsabilidade:**

### **5.1. Garantias de liberdade de expressão no ambiente digital.**

A liberdade de expressão é um direito fundamental garantido constitucionalmente, sendo ela fundamental para que os usuários possam se manifestar através de correntes políticas e ideológicas sem sofrer nenhum tipo de repressão. Todos têm o direito de se manifestar o seu pensamento seja oralmente, ou por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei.

### **5.2. Responsabilidade dos intermediários (provedores de conexão e de aplicações).**

Devem prestar na forma de regulamentação, informações das quais permite a verificação em relação ao cumprimento da legislação brasileira que se refere à coleta, guarda, ao armazenamento ou tratamento de dados como também a respeito à privacidade e ao sigilo de comunicações.

### **5.3. Casos emblemáticos de aplicação da lei sobre liberdade de expressão.**

#### **Racismo estrutural na TV brasileira: análises do Alterosa Alerta e SBT**

O apresentador Stanley Gusman, do programa Alterosa Alerta, fez um comentário racista ao vivo, sugerindo que o dono do Ibope, por ser negro, não seria "do bem". Esse caso se soma à publicidade do MEC que mostra uma jovem negra se tornando branca após conseguir uma bolsa de estudos. Ambos os exemplos evidenciam o racismo estrutural nas comunicações brasileiras.

No SBT, Silvio Santos, em seu programa, ignorou a vitória da cantora negra Jennyfer Oliver na votação popular e premiou igualmente todas as participantes, aumentando o valor para a candidata branca que ele considerou "melhor e mais bonita".

## **6. Segurança e Regulação:**

### **6.1. Medidas de segurança e integridade das redes e serviços.**

Segurança de rede é qualquer atividade projetada para proteger o acesso, o uso e a integridade da rede corporativa e dos dados. A segurança de rede é crucial para proteger sua rede contra acessos não autorizados, vazamentos de dados e ataques cibernéticos.

Ela funciona como um escudo, combinando diversas camadas de defesa para:

Controlar o acesso: Somente usuários autorizados podem acessar recursos da rede, enquanto ameaças são bloqueadas.

Proteger informações: Seus dados confidenciais e proprietários ficam protegidos contra roubo ou espionagem.

Manter a reputação: Ataques à rede podem prejudicar sua imagem e seus negócios.

Benefícios da Segurança de Rede:

Mundo digital seguro: Proteja sua empresa, seus funcionários e seus clientes no mundo digital em constante mudança.

Dados protegidos: Mantenha seus dados confidenciais e proprietários seguros contra acessos não autorizados.

Reputação preservada: Evite danos à sua imagem e aos seus negócios causados por ataques cibernéticos.

### **6.2. Papel das autoridades reguladoras (ANATEL, Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br).**

CGI.br, NIC.br e Anatel trabalham em conjunto para garantir o bom funcionamento da internet no Brasil. Cada órgão tem suas responsabilidades específicas, mas todos trabalham para o mesmo objetivo. Há um diálogo constante entre os órgãos para garantir a coordenação das ações. A Anatel é responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, o CGI.br é pela governança da internet no Brasil e o NIC.br é responsável pela gestão do registro de nomes de domínio.

### **6.3. Desafios na aplicação e fiscalização da lei.**

☐ Remoção de Conteúdo sem Justificativa: Plataformas de mídia social excluem publicações sem notificação ou justificativa legal, limitando a liberdade de expressão.

☐ 2. Bolhas Ideológicas e Algoritmos: Algoritmos e códigos secretos criam "bolhas ideológicas", filtrando informações e reforçando visões preexistentes, em detrimento da diversidade de ideias.

☐ 3. Privacidade de Dados e Legislação: Políticas de uso de dados dos usuários geram preocupações sobre privacidade e segurança, exigindo maior clareza legal e proteção dos direitos individuais.

☐ 4. Neutralidade da Rede sob Ameaça: Operadoras de telecomunicações e provedores de conteúdo podem influenciar o acesso à informação, priorizando seus interesses e limitando a neutralidade da rede.

## **7. Impactos Econômicos e Sociais:**

### **7.1. Influência do Marco Civil no mercado de internet e tecnologia.**

O Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) é um marco legal fundamental para a defesa dos direitos dos usuários na internet brasileira. Ele estabelece princípios e diretrizes para garantir; Neutralidade da rede, Proteção da privacidade, Liberdade de expressão e Diretrizes para provedores. O Marco Civil da Internet representa um passo importante para a construção de uma sociedade digital mais justa e segura no Brasil. A lei protege os direitos dos usuários, promove a inovação e contribui para o desenvolvimento da economia digital.

### **7.2. Efeitos sobre startups, empresas de tecnologia e inovação.**

O Marco Civil nas Startups é essencial para evitar vazamentos e seus prejuízos (processos, multas etc.) Contratação de assessoria jurídica especializada é recomendada, o armazenamento de dados obrigatório por no mínimo 6 meses e o banco de dados seguro (interno ou externo) é necessário. Os contratos devem estar em conformidade com o Marco Civil, e a consultoria jurídica auxilia na elaboração adequada, protegendo a empresa.

Empresas de tecnologia apoiam a aprovação do marco civil da internet, já que a lei visa regular o uso da internet no Brasil com o objetivo de estabelecer obrigações para os provedores de serviços e esclarecer os direitos dos usuários, trazendo maior segurança jurídica para as empresas que atuam no setor digital, estímulo à inovação através da garantia da liberdade de expressão e do livre acesso à informação, crescimento do mercado digital devido à maior confiança dos consumidores e promoção da livre concorrência com a garantia da neutralidade da rede.

### **7.3. Consequências sociais e culturais da regulamentação da internet.**

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu o direito e a necessidade de o Brasil aprovar uma regulamentação das redes sociais. Na opinião dele a democracia está em perigo não somente no Brasil, mas em várias parte do mundo.

“Regulamentar as redes sociais vai ao encontro do respeito aos direitos humanos e da dignidade humana, do combate ao racismo, às discriminações, preconceitos, homofobia, xenofobia. Regulamentar é estabelecer rumos claros, transparentes e eficazes para garantir um ambiente seguro e inclusivo para todos”. Diz o senador.

Na avaliação de Paim, a regulamentação das redes sociais será uma grande ajuda para diminuir as mentiras, ameaças e disseminação de ódio e de fake News, tornando assim a internet um ambiente mais seguro para todas as pessoas.

## **8. Críticas e Desafios:**

### **8.1. Críticas ao Marco Civil da Internet e suas limitações.**

Mesmo sendo a primeira lei do mundo a disciplinar os direitos de deveres dos usuários da rede, ele não foi capaz de resolver a questão da privacidade do usuário, afinal ele não tem o intuito de conter que as informações dos usuários em redes sociais possam ser coletadas e monitoradas por outras pessoas, mas apenas dá o direito do indivíduo decidir querer ou não repassar tais informações e não ter acrescentado praticamente nada à legislação vigente

### **8.2. Desafios na implementação e aplicação da lei.**

Um dos problemas de sua implementação desta lei é a efetivação da liberdade de expressão, quando empresas que administram redes sociais excluem publicações sem nenhum conteúdo ilegal, o uso de algoritmos e códigos que comprometem o real acesso democrático à informação, as políticas de uso de dados dos usuários e os direitos à privacidade dentro do MCI, a neutralidade da rede pelo interesse de lucro das empresas de telefonia nos pacotes de dados

### **8.3. Propostas de reforma e atualizações legislativas.**

A proposta de reforma do código civil isentaria as plataformas digitais de responsabilidade por conteúdos publicados por terceiros, exceção dos casos em que haja descumprimento de decisão judicial, assim aumentando a responsabilidade das redes sociais pelo que publiquem, sendo o principal ponto comentado é o artigo 21 que traz exceção a essa lei no caso de violação da intimidade, decorrente da divulgação de cenas obscuras sem a autorização do participante

## **9. Estudos de Caso:**

### **9.1. Análise de casos específicos onde o Marco Civil foi aplicado.**

Um caso conhecido em que o marco civil foi aplicado foi de o da Jennifer Lawrence que em 2014 foi hackeada e teve suas fotos íntimas vazadas sendo um crime de phishing(roubo de identidade) que além da atriz obteve as senhas de mais de 100 pessoas o marco civil fez com que fosse identificado os culpados e puni-los pelos crimes cometidos, agora após este ocorrido houve um melhoramento na cibersegurança

### **9.2. Resultados e repercussões dessas decisões.**

### **9.3. Lições aprendidas e implicações para o futuro.**

## **10. Futuro da Regulação da Internet:**

### **10.1. Tendências emergentes na regulação da internet no Brasil e no mundo.**

Após a regulação da internet houve uma intensificação na verificação dos conteúdos postados, fazendo as pessoas terem receio do que postar na internet reduzindo o número de postagens com o intuito de espalhar informações falsas e para prejudicar outros indivíduos

### **10.2. Potenciais evoluções legislativas e regulatórias.**

Com a regulação pode haver uma evolução legislativas e regulatórios trazendo como consequência uma maior confiabilidade para que as pessoas possam expressar sua opinião

### **10.3. O papel do Brasil no cenário global de governança da internet.**

A governança da internet é quando agentes públicos e privados, nacionais e internacionais, gerenciam e coordenam recursos técnicos, protocolos, processos, conteúdos, aplicativos e sistemas. A partir da governança da internet de maneira adequada feita pelo CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil) que promove estudos sobre assuntos da internet que não são regulados e não estão no âmbito das

telecomunicações, depois com novas regulações com o apoio destas pesquisas á novas regulações fazendo com o mundo faça uso das novas leis



## **CONCLUSÃO**

O marco civil é de grande importância, com o avanço da internet não só no Brasil mas no mundo para trazer maior segurança nos dados postados e na privacidade dos usuários, sendo administrado pelos CGI.br, NIC.br e Anatel, fazendo pesquisas sobre assuntos da internet para criar novas legislações, contudo muitas vezes eles apagam postagem sem que nela aja qualquer infração na legislação ferindo o direito a liberdade de expressão .

Um dos grandes destaques do marco civil foi no caso de Jennifer Lawrence em 2014, onde o marco civil foi de grande ajuda para a investigação encontrando os culpados, já que desde de sua criação ele tem diminuído os casos de difamação de ódio e vazamento de dados

## BIBLIOGRAFIA

SOBRENOME, Nome Abreviado. Título: subtítulo. Edição. Local de publicação: Editora, data de publicação da obra.

INTERVOZES. 10 episódios de violação à liberdade de expressão em 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/10-episodios-de-violacao-a-liberdade-de-expressao-em-2019/>>.

NIC.BR. CGI.br - Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em: <<https://www.cgi.br/lei-do-marco-civil-da-internet-no-brasil/>>.

AMORIM, B. et al. O MARCO CIVIL DA INTERNET, A LGPD E OS IMPACTOS NA SEGURANÇA E NA PRIVACIDADE DAS RELAÇÕES DE CONSUMO. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://unifan.net.br/wp-content/uploads/2023/02/O-MARCO-CIVIL-DA-INTERNET-A-LGPD-E-OS-IMPACTOS-NA-SEGURANCA-E-NA-PRIVACIDADE-DAS-RELACOES-DE-CONSUMO.pdf>>.

FACHINI, T. Lei 12.965/14 ou Marco Civil da Internet: princípios e deveres. Disponível em: <<https://www.projuris.com.br/blog/marco-civil-da-internet/>>.

NIC.BR. CGI.br - Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em: <<https://www.cgi.br/#:~:text=A%20atua%C3%A7%C3%A3o%20do%20CGI.br>>. Acesso em: 6 jun. 2024.

CERTIFICAÇÕES, M. Regulamentação Anatel: Três principais funções para telecomunicações. Disponível em: <<https://master.org.br/regulamentacao-anatel/regulamentacao-anatel/#:~:text=Anatel%20%C3%A9%20a%20sigla%20designada>>. Acesso em: 6 jun. 2024.

NOGUEIRA, A. F. MARCO CIVIL DA INTERNET: DESAFIOS À SUA EFETIVAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E O PODER ECONÔMICO. Anais do EVINCI - UniBrasil, v. 1, n. 2, p. 93–93, 2015.

FAN, R. Direito e Internet - A Origem do Marco Civil da Internet no Brasil e sua Evolução até a LGPD: Impactos Atuais. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/front/direito-e-internet-a-origem-do-marco-civil-da-internet-no-brasil-e-sua-evolucao-ate-a-lgpd-impactos-atuais/#:~:text=Dentre%20os%20principais%20pontos%20do>>. Acesso em: 6 jun. 2024.

STOEVEER, C. Impacto do Marco Civil nas estratégias de negócios de startups digitais. Disponível em: <<https://jusdocs.com/blog/impacto-do-marco-civil-nas-estrategias-de-negocios-de-startups-digitais>>. Acesso em: 6 jun. 2024.

Regular as redes sociais é fundamental para a democracia, diz Paulo Paim. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/04/09/regular-as-redes-sociais-e-fundamental-para-a-democracia-diz-paulo-paim#:~:text=%E2%80%94A%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20das%20redes%20sociais>>. Acesso em: 6 jun. 2024.